



DESTAQUES

ABIAMB SOLICITA INGRESSO NO GRUPO DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.

PT FICARÁ COM A PRESIDÊNCIA DA CCJC NA CÂMARA.

SENADO DEFINIRÁ MESAS DAS COMISSÕES PERMANENTES APÓS O CARNAVAL.

CONGRESSO NACIONAL

Câmara dos Deputados

Na segunda-feira (13), o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), convocou reunião de líderes para definir a ocupação da presidência das comissões permanentes. Desde o início dos trabalhos legislativos Lira tenta realizar composições para manter boas relações com partidos e deputados do bloco da maioria.

Na CCJC, Lira definiu que o PT ficará com a presidência durante o primeiro ano da legislatura. A presidência deverá ficar com Rui Falcão (PT-SP). Nos três anos seguintes, a comissão ficará com o PL, União Brasil e PP, respectivamente.

Já as outras comissões, não há acordo. O Governo quer as comissões de educação, direitos humanos e fiscalização e controle. O PL luta para obter o comando das comissões de meio ambiente, segurança pública, agricultura, e acirra a disputa pela comissão de fiscalização e controle com o PT. Caso a sigla vença, a Comissão deverá ser presidida pela deputada Bia Kicis (PL-DF), presidente atual da CCJC. A vitória de Kicis representará forte derrota ao governo, já que haverá forte oposição em área estratégica do Planalto.

Senado Federal**PL 363/2023**

O senador Láercio Oliveira (PP-SE) apresentou o PL 363/2023, que cria o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras. A proposição legislativa, se aprovada, passará a considerar a segurança privada e das dependências das instituições financeiras matéria de interesse nacional.

Segundo o PL 363/2023, a prestação de serviços pelas empresas objeto de regulação competirá à Polícia Federal. Há uma lista taxativa de ramos e atividades abarcadas, criando uma disciplina apartada da regulação atual. Por exemplo, empresas que prestem formação, atualização e aperfeiçoamento dos profissionais de segurança se enquadrarão. Outra matéria relevante, a disposição de uma nova disciplina ao transporte das armas relacionadas a esses estabelecimentos, que será fiscalizado pela PF.

A iniciativa, também, altera o Estatuto do Desarmamento, para estabelecer que as armas de fogo utilizadas pelos profissionais e empresas de segurança privada serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas empresas, e só poderão ser utilizadas quando em serviço.

Ainda, a proposta prevê a possibilidade da

A definição das comissões temáticas no Senado Federal está menos movimentada. Rodrigo Pacheco (PSB-MG) já afirmou que definirá os cargos até o final do recesso de carnaval. Por outro lado, as atividades parlamentares já começaram.

transferência do registro da arma, quando os produtos de uso permitido forem adquiridos de outro prestador de serviços de segurança privada. O trâmite e a liberação, também, serão realizados pela PF. O PL 363/2023 não teve sua tramitação fixada, aguardando despacho da Mesa.

MINISTÉRIOS E PLANALTO

GT Armas

Na sexta-feira (10), ocorreu o primeiro encontro do Grupo de Trabalho criado para apresentar a nova regulamentação da Lei nº 10.826/2003, oportunidade em que foram definidas as principais atividades e a distribuição de atribuições entre os seus integrantes.

Participam do GT de armas o poder público, representado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Ministério da Defesa, Ministério da Fazenda, Polícia Federal, Conselho Nacional de Justiça, CNMP e AGU. Entre as instituições representativas da sociedade civil, participou o Instituto Igarapé e o Instituto Sou da Paz.

O tom de diálogo integrativo com diversas agendas e atores, todavia, não passou de discurso. Não houve convocação pública para acompanhar a agenda, tampouco, espaço de fala que abrangesse os interesses do setor. As pesquisadoras Michele Ramos da SENASP e Carolina Taboada, do Igarapé, deram o tom em favor de análises estatísticas e de dados do setor, aludindo à falta de transparência e controle.

Ministério da Justiça

Na quinta-feira (16), o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, concedeu entrevista coletiva em que tratou, dentre outros temas, sobre a atual situação dos registros de armas no Brasil.

O Ministro comentou, dando destaque, a decisão proferida pelo STF, que reforça a necessidade de registrar as armas, seguindo a nova regulação. Para Dino, a decisão do STF foi extremamente importante para colocar fim às teses “absurdas” de que o recadastramento não seria necessário e o decreto que o determinou seria inconstitucional.

A decisão mencionada pelo Ministro foi proferida nos autos da Medida Cautelar na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 85, em que o Ministro Gilmar Mendes, relator do caso, entendeu pela constitucionalidade do decreto que determinou o recadastramento.

De acordo com o Ministro, foram entregues até o momento 66.488 armas de uso permitido e 2.464 armas de uso restrito, o que significa 10% do total de armas no país. A expectativa de Dino, todavia, é ter um número maior, após a decisão do STF. O Ministro da Justiça asseverou, ainda, que a expectativa é de que o grupo de trabalho (GT Armas) sugerirá mudanças quanto à liberação de armas de uso restrito, para alcançar maior restrição quanto aos armamentos, que nomeou serem de maior lesividade. Com relação às armas de uso permitido, Dino explicou que pretendem manter a atual legislação, realizada em janeiro de 2023.

De acordo com o Ministro foram registradas 9.719 armas, em janeiro de 2022 e, em janeiro de 2023, o número caiu para 3.888 unidades, o que está sendo levado em consideração pelo grupo de trabalho. Além disso, reforçou que a ideia não é criar dificuldades para os CAC'S, mas criar uma legislação que diminua as chances de criminosos terem acesso ao armamento. Dino destacou que as mudanças legislativas realizadas nos últimos anos são preocupantes e que o ideal é retomar a política da Lei nº 10.826/2003. Por isso, após a finalização dos trabalhos realizados pelo GT Armas, será realizada audiência pública em que serão ouvidas 42 pessoas físicas e jurídicas, incluindo a indústria de materiais bélicos e CAC'S, para que possam contribuir com as mudanças legislativas afetas ao tema.